

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência integrará futuro edital de licitação visando a **AQUISIÇÃO PARCELADA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS, DE COMPUTADORES DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

1.2. Justifica-se a adoção do registro de preços diante da quantidade incerta a ser requisitada do objeto.

2. DESCRIÇÃO RESUMIDA DO OBJETO

2.1. Os objetos de interesse desta Administração serão os seguintes:

LOTE: 01

DESCRIÇÃO: Computadores desktop compactos, incluso monitor(es). Conjunto composto por computador desktop compacto + 01 (um) monitor; ou computador desktop compacto + 02 (dois) monitores, conforme necessidade do Município, totalizando 79 computadores e 109 monitores. Computadores e monitores da mesma marca/fabricante.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 545.610,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil seiscientos e dez reais).

2.2. A especificação técnica mínima do computador e do monitor consta no item 05 deste Termo de Referência.

2.3. O objetivo desta licitação é a aquisição de 79 computadores com monitores, sendo que destes 30 (trinta) computadores serão requisitados com 02 (dois) monitores. Desta forma, **todos os computadores e monitores propostos pelas empresas deverão obrigatoriamente ser da mesma fabricante/marca** visando à padronização do objeto.

2.4. O detalhamento do objeto será o seguinte:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE	VALORES DE REFERÊNCIA	
					UNITÁRIO	TOTAL
1	1	Computador desktop compacto	79	Unidades	5.030,00	397.370,00
	2	Monitores de no mínimo 21".	109	Unidades	1.360,00	148.240,00
	TOTAL ESTIMADO PARA COMPUTADOR + 1 MONITOR					R\$ 6.390,00
	TOTAL ESTIMADO PARA COMPUTADOR + 2 MONITORES					R\$ 7.750,00
	TOTAL DO LOTE					R\$ 545.610,00

2.5. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.6. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.7. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.8. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

3. REFERENCIAL DE MARCA/MODELO

3.1. Para o presente procedimento, considerando as condições pormenorizadas no Estudo Técnico Preliminar, adotaram-se como referência as seguintes marcas:

- Computador Dell OptiPlex Small Form Factor 7010 + Monitor(es) Dell 22-P2222H;
- Computador Lenovo ThinkCentre neo 50s Gen4 + Monitor(es) Lenovo Legion 24.5" R25f-30 FHD.

3.2. A indicação de marcas no presente procedimento possui caráter apenas de referência e similaridade, não obrigando as empresas a cotá-las.

3.3. As empresas deverão ofertar produtos de qualidade equivalente ou superior.

4. CONDIÇÕES GERAIS PARA OFERTA DE PROPOSTAS

4.1. Para fins de oferta de propostas na presente licitação, constará cadastrado na Plataforma BLL o valor total do lote (R\$ 545.610,00), com a quantidade 1 (um), devendo o cadastro da proposta seguir obrigatoriamente este parâmetro, assim como a oferta de lances, sob pena de desclassificação da proposta por dificultar o julgamento da licitação.

4.2. Finalizada a fase de lances, as empresas serão convocadas para envio de proposta final no prazo máximo de 02h15min, sendo que na proposta readequada deverão constar os valores individuais para os itens conforme previsto no modelo de proposta anexo do edital e no item 2.4 deste Termo de Referência.

4.3. A proposta apresentada deverá destacar de forma clara todos os componentes que serão fornecidos (processador, memória, armazenamento, placas e Licenças) e demais itens opcionais, assim como a marca e modelo do processador.

4.4. Junto à proposta de preços, deverá ser encaminhado, obrigatoriamente:

A. Declaração referente à garantia do produto ofertado, que não poderá, em nenhuma circunstância, ser inferior a 03 (três) anos contados da entrega do objeto, conforme modelo constante no edital. A garantia a que se refere este item deverá ser do fabricante do produto, conforme justificativas constantes no Estudo Técnico Preliminar (*ver item 06 do TR*).

B. Catálogo do produto ofertado, obrigatoriamente em língua portuguesa, colorido, constando todas as especificações do equipamento considerando os requisitos mínimos estabelecidos no item 05 do presente Termo de Referência (*ver item 5.2.11 "c" do TR*).

I. O catálogo apresentado deverá comprovar as exigências previstas nas alíneas "A" e "B" do item 5.2.4 do presente Termo de Referência;

II. O catálogo do equipamento poderá ser substituído por link de site oficial do fabricante do produto, desde que constem todas as exigências estabelecidas no presente Termo de Referência.

5. ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO

5.1. Considerando que o objetivo desta licitação é a aquisição de 79 computadores, sendo que destes 49 (quarenta e nove) possuirão 01 (um) monitor e 30 (trinta) possuirão 02 (dois) monitores, **todos os computadores e monitores propostos pelas empresas deverão obrigatoriamente ser da mesma fabricante/marca** visando à padronização do objeto.

5.2. Especificações mínimas:

5.2.1. Gabinete:

- A. Padrão Small Form Factor (SFF) podendo ser usado na posição vertical ou horizontal, sem comprometer o funcionamento dos componentes.
- B. O gabinete deverá possuir um conector de encaixe para o kit de segurança do tipo alça ou parafuso para inserção da trava de segurança sem adaptações;
- C. O equipamento deverá ser da linha corporativa.
- D. Botão liga/desliga e indicadores de atividade da unidade de disco rígido e do computador ligado (power-on) na parte frontal do gabinete;
- E. Deve permitir a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido, unidade de mídia óptica e memórias) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original. Será aceito parafusos recartilhados.
- F. Acabamento interno composto de superfícies não cortantes;
- G. Sensor de intrusão físico integrado a BIOS do equipamento;
- H. Deverá ser fornecido autofalante interno ao gabinete capaz de reproduzir os sons gerados pelo sistema. O mesmo deverá estar conectado diretamente a placa mãe, sem uso de adaptadores.

5.2.2. Processador

- A. Família desktop;
- B. Deverá ser de gerações recentes do fabricante, lançadas a partir de 2023.
- C. Suporte à arquitetura 64 bits, tecnologia SSE4.1/4.2 ou similar;
- D. Controladora de memória e de vídeo integrada;

- E. Processador com no mínimo 6 núcleos e 12 threads;
- F. Clock de no mínimo 2.0 ghz, podendo chegar a pelo menos 4.0 GHz em função turbo;
- G. Memória cache de no mínimo 20MB L2+L3;
- H. Suporte ao conjunto de instruções AES (Advanced Encryption Standard);
- I. Controle de nível do desempenho automático, ajustando dinamicamente a frequência e a voltagem de acordo com a necessidade requerida pela atividade do momento;
- J. TDP (termal Design Power) máximo de 160W;
- K. É obrigatório informar o modelo do processador ofertado na proposta.
- L. O processador deve operar dentro das especificações originais de seu fabricante.

5.2.3. Memória:

- A. Mínimo de 8 (oito) Gigabytes, DDR4 SDRAM 3000 MHz ou superior, com composição (1x8Gb) ou acima;
- B. Não serão aceitas as configurações compostas por pentes de 4 (quatro) Gigabytes (ex. 2X4Gb ou 4x4Gb);
- C. Expansível a pelo menos a 128 (cento e vinte e oito) Gigabytes, com mínimo de 2 (dois) slots.

5.2.4. Sistema de armazenamento:

- A. Interno ao gabinete contendo 01 (uma) unidade de estado sólido com capacidade mínima de 256GB PCIe NVMe. Deverá ser apresentada comprovação com a proposta atestando que o mesmo será integrado em fábrica, podendo ser através do catálogo do fabricante;
- B. Deve possuir velocidade de leitura sequencial de no mínimo 4000 MB/s e de escrita sequencial de no mínimo 1700 MB/s, apresentar comprovação junto da proposta emitida pelo fabricante do equipamento, podendo ser através do catálogo do fabricante;

5.2.5. Placa principal e BIOS:

- A. BIOS desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas. A BIOS deve possuir o número de série do equipamento em campo editável que permita inserir identificação customizada podendo ser consultada por software de gerenciamento, como número de propriedade e de serviço. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante.

B. A placa mãe deverá ser da mesma marca do fabricante do equipamento, desenvolvida especificamente para o modelo ofertado, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas.

C. Sistema de monitoramento de temperatura controlada pela BIOS, adequado ao processador, fonte e demais componentes internos ao gabinete. O fluxo do ar interno deve seguir as orientações do fabricante do microprocessador;

D. Possuir no mínimo 1 (um) slot M.2 para armazenamento e 1 (um) para interface wireless;

E. Possuir no mínimo 2 (duas) portas digitais no padrão Display Port ou HDMI e 1 (uma) VGA;

F. Interface de rede Ethernet RJ-45, 10/100/1000 (nativa na placa principal);

G. Placa de Rede local sem fio taxa de transferência de até 2400 Mbps, Wi-Fi 6E (802.11ax) 2x2 + Bluetooth 5.3 com Antena Interna;

H. Chip de segurança TPM 2.0 nativo para hardware;

I. Interface de áudio com entrada frontal para microfone e fone de ouvido, podendo ser do tipo “combo”.

J. Mínimo de 6 (seis) interfaces USB Tipo-A nativas sendo pelo menos 2 (duas) 3.2. Não será permitido o uso de adaptadores para atender esta exigência;

K. 1(uma) interface USB do tipo-C. Não será permitido o uso de adaptadores para atender esta exigência;

L. Interface de Vídeo integrada ao processador.

5.2.6. Teclado e mouse:

A. Teclado USB original do mesmo fabricante do computador do tipo multimídia com descanso de pulso, vetado o uso de adaptadores, ABNT, português. O teclado deverá manter as cores predominantes no desktop.

B. Mouse USB original do mesmo fabricante do computador, vetado o uso de adaptadores, ótico, com botão de rolagem, com no mínimo 1000DPI.

5.2.7. Fonte de alimentação:

A. Fonte de alimentação 110/220V – bivolt automático, com eficiência energética de, no mínimo 90%, com certificado 80 plus gold ou superior. Instalada e certificada pelo fabricante do computador.

5.2.8. Monitores:

- A. Tela mínima de 21" polegadas;
- B. Tela 100% plana de LED;
- C. Resolução suportada: 1920 x 1080 a 60 hz ou superior;
- D. Proporção 16:10 ou 16:9;
- E. Brilho mínimo de 250 CD/m2;
- F. Relação de contraste mínima de 3.000:1;
- G. Suporte mínimo a 16,7 milhões de cores;
- H. Tempo de resposta máximo normal 10ms;
- I. Conectores de entrada:
 - I. Uma entrada displayport, compatível com a interface controladora de vídeo dos computadores ofertados. O cabo de interligação deve ser entregue junto com a solução;
 - II. Duas entradas HDMI compatível com a interface controladora de vídeo, sem o uso de adaptadores, ou uma entrada HDMI e uma entrada VGA.
- K. Controle digital de brilho, contraste, posicionamento vertical e posicionamento horizontal;
- L. Fonte de alimentação para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/-10%), 50-60hz, com ajuste automático;
- M. O(s) monitor(es) deverá(ão) ser do mesmo fabricante do computador não sendo aceito em regime OEM;
- N. Base com ajuste de altura e inclinação.

5.2.9. Softwares licenciados e instalados:

- A. Microsoft® Windows 11 Professional Original 64-bits em Português (Brasil), integrado em fábrica com ativação através da BIOS do equipamento, não sendo aceita outra modalidade de licenciamento;
- B. O modelo de equipamento ofertado deverá ser registrado no EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) da agência de proteção ambiental (EPA), na categoria Gold, no site: <http://www.epeat.net>;
- C. Compatibilidade e certificação com pelo menos uma distribuição Ubuntu Linux homologada e constante no site <https://ubuntu.com/certified>;

D. O modelo de equipamento deve estar em conformidade com o padrão Energy Star 5.0 para eficiência de consumo elétrico ou equivalente válido para o Brasil.

5.2.10. Acessórios:

A. Cabos, conectores e todos os acessórios necessários para o funcionamento do computador. Fornecer adaptador de energia - Padrão Brasil (3 Pinos).

5.2.11. Padrões:

A. O conjunto formado por gabinete, teclado, mouse e monitor deverão ser do mesmo fabricante do equipamento, não sendo aceitas soluções em regime de OEM. Não será aceito qualquer tipo de personalização como adesivos, impressões serigráficas ou outros. A homogeneidade dos produtos e acessórios deverá fazer parte do projeto original do fabricante;

B. Não deverá ser enviado manual impresso;

C. Todas as características solicitadas deverão ser comprovadas através de literatura técnica, atestados do fabricante, sítios da internet ou outras fontes nas quais as exigências solicitadas possam ser claramente identificadas. O fornecedor deverá anexar o catálogo do produto e todas as documentações requisitadas no termo de referência;

C. A proposta apresentada para o processo deverá destacar de forma clara todos os componentes que serão fornecidos (processador, memória, armazenamento, placas e Licenças) e demais itens opcionais;

D. As embalagens deverão ser lacradas de fábrica, não sendo aceitos equipamentos com adaptações ou alterações nas configurações pelo licitante sob pena de devolução dos equipamentos.

6. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO

6.1. O prazo e condições da garantia previstos nesta cláusula encontram-se justificadas no Estudo Técnico Preliminar, considerando a inclusão, no valor de referência dos equipamentos, de valores para remuneração da garantia estendida pelo fabricante.

6.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

6.3. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

6.4. O equipamento deverá possuir garantia do fabricante apenas para hardware, por um período mínimo de 03 (três) anos.

6.5. A abertura do chamado do fabricante deve ser feita através de central de atendimento tipo (0800) e Chat On-line na página do fabricante, comprometendo-se a manter registros dos

mesmos constando a descrição do problema, com atendimento 8 (oito) horas por dia, 5 (cinco) dias por semana.

6.6. Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para a contratante, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos.

6.7. O reparo dos equipamentos deverá ser realizado no local de instalação por equipe técnica autorizada pelo fabricante em até 3 (três) dias após diagnóstico remoto junto ao fabricante e registro do chamado.

6.8. Esta modalidade de cobertura de garantia deverá, obrigatoriamente, entrar em vigor a partir do primeiro dia útil posterior à data de recebimento definitivo dos equipamentos fornecidos.

6.9. A contratante possui equipe técnica disposta a auxiliar a detectar o problema no momento da abertura de chamado, a fim de agilizar o processo;

6.10. Caso a empresa licitante não seja a própria fabricante do equipamento, deverá apresentar declaração/certificado, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste Termo de Referência, conforme modelo constante no edital.

6.11. No momento da entrega será feita a verificação no site do fabricante para atestar o prazo de garantia do equipamento.

6.12. Caso o prazo de garantia seja inferior ao especificado, os produtos serão devolvidos sem ônus a contratante e a empresa será notificada.

6.13. A Fabricante deverá possuir site na internet para download de drivers e dos softwares originais instalados em fábrica além de suporte técnico e verificação do status da garantia, não sendo aceita a comprovação através de redirecionamento para sites de terceiros. Não serão aceitas adaptações no equipamento (adição de componentes não originais do fabricante). Exigência esta visa à procedência e garantia total do equipamento pelo fabricante.

6.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6.15. A garantia a que se refere este item compreende o conjunto completo entregue empresa vencedora (computador completo, acessórios e monitor(es)).

7. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

7.1. Os bens objeto deste Termo de Referência serão requisitados de maneira fracionada durante a validade da Ata de Registro de Preços, conforme as necessidades do Município de Ubatuba.

7.2. Os bens serão requisitados na forma de conjunto, podendo ser:

A. Computador + 1 monitor;

B. Computador + 2 monitores.

7.3. O prazo de entrega dos bens será de no máximo 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Ordem de Compras encaminhada ao e-mail indicado na proposta da empresa vencedora.

7.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.5. Os bens deverão ser entregues na Divisão de Informática do Município de Ubiratã, localizada na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, térreo do Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, no horário compreendido das 08 horas às 12 horas e das 13h30min às 16 horas, de segunda à sexta-feira.

8. VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

8.2. Em caso de necessidade de elaboração de contrato, este possuirá vigência de 12 (doze) meses, na forma prevista no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de fornecimento, caso existente, será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

9.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto.

Fiscalização Técnica

9.7. O fiscal técnico do contrato, o senhor Vitor Mayer Wanderlind, ou seu substituto, o senhor José Paulo Souza Bernardo, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

9.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

9.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

9.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

9.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

9.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização administrativa

9.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.15. Considerando que o objeto do presente Termo de Referência visa o atendimento de diversas secretarias municipais, a fiscalização administrativa ficará a cargo do servidor lotado na unidade solicitante do objeto, conforme funções desempenhadas na secretaria.

Gestão do contrato

9.16. O gestor do contrato, o senhor Claudinei Edson Dalla Corte, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Recebimento

9.23. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.24. No ato do recebimento provisório, o Fiscal Técnico verificará a garantia diretamente no site do fabricante, conforme constante no presente Termo de Referência. Havendo o desatendimento do prazo mínimo previsto para garantia, o equipamento será recusado, sujeitando-se a empresa às penalidades cabíveis,

9.25. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.26. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.27. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.28. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.29. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.30. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

9.31. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será efetuada a sua liquidação.

9.32. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- A. O prazo de validade;
- B. A data da emissão;
- C. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- D. O período respectivo de execução do contrato;
- E. O valor a pagar; e
- F. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.33. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.34. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

9.35. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.36. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no

mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.37. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.38. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.39. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

Prazo de pagamento

9.40. O pagamento será efetuado, contado da finalização da liquidação da despesa, até o décimo dia do mês subsequente, desde que o documento esteja em tempo hábil na Divisão de Tesouraria do Município.

9.41. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do INPC.

Forma de pagamento

9.42. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.43. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.44. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.45. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço e do modo de disputa aberto e fechado.

Forma de fornecimento

10.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

10.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

10.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.15. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

Qualificação técnica

10.17. Dispensada, considerando se tratar de bens de entrega imediata, conforme disposto no art. 70, inciso III da Lei nº 14.133/2021.

Qualificação econômico-financeira

10.18. Dispensada, considerando se tratar de bens de entrega imediata, conforme disposto no art. 70, inciso III da Lei nº 14.133/2021.

Declarações

10.19. Declaração de atendimento de exigências de habilitação;

10.20. Declaração de inexistência de fatos impeditivos;

10.21. Declaração de sujeição do XXXIII da Constituição Federal;

10.22. Declaração de não nepotismo.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 545.610,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil seiscentos e dez reais), conforme custos unitários apostos no item 2.1 deste Termo de Referência.

11.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

11.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Ubatuba.

12.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

ÓRGÃO	DESPESA	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR
0501	9495	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	104	25.560,00
0501	10620	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	103	19.170,00
0310	11179	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		194.160,00
1101	12014	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		12.780,00
1702	12015	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		19.170,00
1001	12016	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		12.780,00
0902	12159	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		12.780,00
0201	12018	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		19.170,00
0402	12030	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	510	70.290,00
0501	12034	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		19.170,00
0701	12151	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		12.780,00
1201	12198	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		12.780,00
1606	12209	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	934	12.780,00
1606	12210	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	935	6.390,00
1606	12211	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	936	6.390,00
1606	12212	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	937	6.390,00
1606	12213	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2869	6.390,00
1606	12214	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	21024	6.390,00
1606	12215	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2935	6.390,00
1606	12218	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	940	6.390,00
1601	12221	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		6.390,00
1601	12223	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		6.390,00
1601	12224	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		6.390,00
1609	12226	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2000	6.390,00
1603	12228	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		6.390,00
1605	12229	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		6.390,00
1801	12233	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		12.780,00
1901	12235	449052350000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		6.390,00

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS PENALIDADES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o fornecedor que:

A. Der causa à inexecução parcial do contrato;

- B. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- C. Der causa à inexecução total do contrato;
- D. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- E. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- F. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- G. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- H. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- I. Deixar de cumprir o disposto para garantia do produto ofertado.

13.2. Serão aplicadas ao fornecedor que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- A. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- B. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “i” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- C. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g”, “h” e “i” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- D. Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.1, a multa será de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.1, a multa será de 2% (dois por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “i” do subitem 13.1, a multa será de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

13.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021):

A. A natureza e a gravidade da infração cometida;

B. As peculiaridades do caso concreto;

C. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

D. Os danos que dela provierem para o Contratante;

E. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

13.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

13.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

13.15. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

13.16. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

Ubiratã, PR, 31 de julho de 2024.

Altair da Silva Pereira
Divisão de Licitação

Renan Felipe da Silva Lima
Setor de Pregão